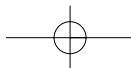
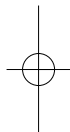


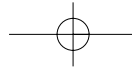
# COMÉRCIO EXTERIOR

Por Ottoni Fernandes Jr., de São Paulo



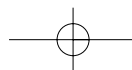
Michael Meilford/Getty Images





# África em foco

O continente volta a ser destaque entre as prioridades de empresários e diplomatas brasileiros, como na década de 1970. Sua economia vem crescendo. As exportações para lá aumentaram 153% no ano passado, mas ainda são insuficientes para reverter a balança comercial, que segue negativa para o Brasil



## A África Meridional soma 54 países e 800 milhões de habitantes. Sua população é

Os países africanos voltaram a ganhar importância na agenda dos exportadores e diplomatas brasileiros. Especialmente as ex-colônias portuguesas. Nos três últimos anos, 15 dos 53 países do continente foram visitados pelo presidente da República e por missões de empresários organizadas pelo governo. O crescimento das exportações para essas regiões entre 2002 e 2005 foi de 167%. Só perdeu para o resultado alcançado no Mercosul (leia tabela abaixo). A política externa sozinha não explica esse avanço. A abertura de novos mercados exige esforço empresarial e as estatísticas mostram que a tarefa tem sido cumprida com bons resultados. De maneira geral, no ano passado as vendas para a África bateram em 6 bilhões de dólares, o que representa 5% do total dos negócios externos brasileiros e um salto da ordem de 153% em relação a 2002. África do Sul, Nigéria, Angola, Argélia e Gana absorveram 57% das vendas nacionais. Campeões nessa rubrica, os sul-africanos compraram 1,4 bilhão de dólares em 2005. “A diplomacia brasileira, ao dar prioridade à África, caminha na mesma direção do fluxo de comércio internacional”, diz Gilberto Dupas, coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (Gacint-USP).

**Crescimento** De fato, a economia africana, especialmente a de países produtores de petróleo, como Angola, Argélia ou Nigéria, está em ascensão. De acordo com informações do Fundo Monetário Internacional (FMI), nos 15 países visitados pelas missões brasileiras o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou, em média, 5% – índice superior à média mundial, que ficou em 4,8% – e poderá crescer ainda mais em 2006 (leia tabela na pág. 37). Os dados devem ser analisados em perspectiva. Em países extremamente depauperados, como é o caso de muitos dos africanos, um crescimento de 5% do PIB não se torna visível nas ruas ou nas casas. Não é suficiente para resultar em enriquecimento nas vilas e cidades. Os re-

sultados, portanto, são positivos e promissores, mas não tiram o continente da miséria de um ano para outro. Para isso serão necessárias décadas de crescimento acelerado – e sustentado não apenas num produto, que é o que vem se verificando.

Em seu relatório sobre perspectivas da economia mundial, o FMI prevê que os países africanos localizados abaixo do deserto do Saara (no subcontinente denominado África Meridional) crescerão 5,8% neste ano, depois de uma expansão de 5,5% em 2005. Motivo: a alta cotação do petróleo no mercado internacional. Angola, cujo PIB inflou 14,7% em 2005, poderá alcançar a taxa inédita de 27,6% neste ano. “O país deverá produzir 2 milhões de barris de petróleo por dia em dois anos. Hoje produz 1,5 milhão”, diz Roberto Dias, diretor de relações institucionais da Construtora Norberto Odebrecht, que mantém negócios no país desde a década de 1980 (leia quadro na pág. 36).

Historicamente, a definição da política externa brasileira e as providências tomadas no sentido de atender aos interesses nacionais são alvos de debates e críticas. Num situação de economia globalizada e altamente competitiva, no entanto, não existe grande desacordo: todo e qualquer potencial mercado comprador de produtos brasileiros é muito bem-vindo. É o caso da África Meridional, que soma 54 países e 800 milhões de habitantes. É uma área riquíssima em bens naturais – especialmente minérios –, embora sua população seja paupérrima. A situação, aparentemente paradoxal, tem duas explicações fundamentais. A primeira está nos conflitos étnicos, resultantes de séculos de intervenção estrangeira que dividiram os países do continente na prancheta, a régua, sem considerar os hábitos e costumes dos povos. A outra está na corrupção, prática comum durante o período colonial que, em vez de desaparecer após a independência, só fez crescer. A África, portanto, embora abrigue a população mais miserável do planeta, tem riquezas.

Para os brasileiros, o cenário não é ruim. Abre a possibilidade de troca de alimentos

e produtos industrializados por petróleo ou diamantes, por exemplo. Segundo Armando de Mello Meziat, secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as perspectivas são boas. “A grande vantagem de vender para países dos quais importamos petróleo é a garantia de que nossos exportadores receberão por suas vendas. Além disso, temos objetivos maiores, como diversificar os mercados e os produtos ofertados”, diz. Ali, hoje, o Ministério das Relações Exteriores mantém 21 representações. Camarões, Guiné, Tanzânia e Sudão ganharam embaixadas brasileiras em 2005. Sinal de que o subcontinente vem retomando a importância que teve nos anos 1970. É uma segunda onda do Brasil na África, por assim dizer.

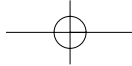
“Na década de 1970, o governo brasi-

### Variação nas exportações brasileiras (2002/2005)

Países visitados nos últimos três anos

Gabão	813,3%
São Tomé	595,5%
Camarões	567,4%
Guiné-Bissau	475,8%
Senegal	352,3%
Argélia	342,5%
Cabo Verde	337,8%
Gana	281,2%
Benin	267,0%
Namíbia	239,3%
África do Sul	186,7%
Angola	160,9%
Nigéria	87,8%
Moçambique	0,4%
Botsuana	-5,2%
<b>Média visitados</b>	<b>166,6%</b>
<b>Mercosul</b>	<b>254,2%</b>
Total África	153,0%
<b>Total do Brasil</b>	<b>96,0%</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

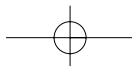


paupérrima, mas a área é riquíssima em bens naturais, especialmente em petróleo

Ricardo Stuckert



Presidente Lula chegando a São Tomé e Príncipe, um dos quinze países africanos visitados por ele durante seu mandato



## Os negócios entre brasileiros e africanos vêm aumentando, mas a balança comercial ainda

leiro tinha interesse geopolítico na África Ocidental porque países como Nigéria e Angola, ricos em petróleo, reduziam a incerteza de abastecimento resultante de manobras do cartel dos produtores do Oriente Médio”, explica Dias, da Odebrecht. Em 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) deixou os países industrializados em polvorosa ao reduzir as exportações do combustível, que teve seu preço elevado. Antes mesmo, em 1972, o então ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, visitou diversos países africanos. “O governo brasi-

leiro queria diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos e estreitou os laços com nações do Terceiro Mundo”, diz Ivo Santana, doutor em ciências sociais especializado em relações empresariais entre Brasil e África. Na primeira missão brasileira, de 1973, representantes de 37 empresas e associações visitaram oito países. Havia muito a fazer: identificar os produtos com maior potencial, abrir linhas de navegação marítima, encontrar representantes confiáveis, além de buscar apoio diplomático. O trabalho rendeu frutos e, em 1981, as exportações para a região

chegaram a 8,4% dos 23 bilhões de dólares vendidos pelo Brasil ao exterior. Depois os negócios minguaram, devido à instabilidade política na África e à crise da dívida externa que afetou o Brasil e outros países latino-americanos. “A estratégia de recolocar a África Ocidental no rol de prioridades é correta, mas a agenda brasileira ainda não é tão ativa como era nos anos 1970, no período militar”, alerta José Maria Nunes Pereira, professor de História Africana da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.

Atualmente, empresários e diplomatas tratam de pavimentar o caminho para a ampliação dos negócios. O MDIC pretende reverter os resultados da balança comercial, desfavoráveis ao Brasil. No ano passado, o saldo comercial foi deficitário em 680 milhões de dólares. E há muito espaço para a expansão das vendas de bens industrializados e serviços brasileiros na África.

### Pioneirismo e resultados positivos

A guerra de libertação do domínio colonial português mal tinha terminado, em Angola, e o país estava mergulhado em conflitos internos, encerrados apenas no ano passado, quando os primeiros representantes da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) deixaram o Brasil para plantar obras naquele território. Corriam os primeiros anos da década de 1980. O Brasil vivia em plena ditadura militar, alinhado com os Estados Unidos contra a expansão do comunismo promovida pela União Soviética. Angola era governada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ligado aos comunistas. Por contraditório que pareça, no entanto, o governo militar brasileiro não fez qualquer oposição quando os soviéticos ofereceram a oportunidade para que a construtora entrasse no mercado angolano. Àquela altura, as preocupações relativas ao mercado do petróleo eram mais fortes do que as relacionadas a vertentes político-ideológicas.

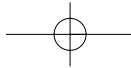
Ocorreu que a Odebrecht trabalhava em parceria com exportadores de equipamentos soviéticos na construção da usina hidrelétrica de Olmos, no Peru. “Em 1981, nossos representantes foram chamados a Moscou onde nos ofereceram o contrato das obras de construção civil da hidrelétrica de Capanda, em Angola”, conta Roberto Dias, diretor de relações institucionais da construtora. Firmado o contrato, que

previa o pagamento dos serviços da Odebrecht com petróleo angolano vendido à Petrobras, teve início a aventura. Não havia estradas, pistas para pouso de aviões, produção de alimentos para os trabalhadores, mão-de-obra qualificada. Angola era carente de tudo, além de oferecer pouca segurança a quem trabalhasse ali. Entre muitos contratemplos, o acampamento da CNO em Capanda foi invadido duas vezes pelas tropas da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), grupo guerrilheiro apoiado pelo governo da África do Sul que se opunha ao MPLA. “Os trabalhos ficaram paralisados durante muitos meses, com a destruição de parte das instalações e do canteiro”, recorda Dias. Passaram-se quase 25 anos até que as obras civis da usina fossem concluídas, embora ainda faltem ser instaladas duas das quatro turbinas. A operação, entretanto, serviu de credencial para que a Odebrecht assumisse novos empreendimentos no país.

Atualmente, a construtora participa, entre outras, de obras de habitação popular, condomínios residenciais e shopping centers. Cuida da ampliação do serviço de água e esgoto em Luanda, capital angolana, com 4,5 milhões de habitantes. Além disso, tem participação minoritária num consórcio que explora petróleo e é sócia de uma estatal angolana numa mineiradora de diamantes.

**Oportunidades** A Nigéria é o país africano mais populoso, com 114 milhões de habitantes. É o quinto maior produtor da Opep, que, aliás, é presidida pelo nigeriano Edmund Daukoru. Mas tem experimentado conflitos internos que tornam instável seu fornecimento de petróleo. Nos quatro últimos meses, rebeldes do Movimento para a Emancipação do Delta do Níger promoveram uma série de ataques a instalações petrolíferas e reduziram a produção do país de 2,5 milhões para pouco menos de 2 milhões de barris por dia. A crise vem aumentando com a aproximação da eleição que, pela primeira vez em 47 anos de independência, poderá levar ao poder um civil. Está visto que a Nigéria tem problemas, mas mesmo assim foi responsável pela compra de 80% das exportações brasileiras nos três primeiros meses deste ano.

Outro alvo verde-amarelo é a Argélia. O ministro Luiz Fernando Furlan, do MDIC, liderou uma missão comercial para a Argélia em novembro do ano passado. Nesse ano, o país exportou 2,8 bilhões de dólares para o Brasil, sendo quase 90% em petróleo



é desfavorável ao Brasil. No ano passado, o saldo foi deficitário em 680 milhões de dólares



Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, (o quarto à direita) participa de evento de promoção de negócios na Argélia

## Bom desempenho econômico

(variação do Produto Interno Bruto)

	2005	2006
África do Sul	4,3%	4,3%
Angola	14,7%	27,6%
Argélia	4,8%	5,3%
Benin	3,9%	4,4%
Botsuana	3,8%	3,5%
Cabo Verde	6,3%	7,7%
Camarões	2,8%	4,3%
Gabão	2,2%	2,7%
Gana	5,8%	5,8%
Guiné-Bissau	2,3%	2,6%
Moçambique	7,7%	7,4%
Namíbia	3,6%	3,8%
Nigéria	3,9%	4,9%
São Tomé e Príncipe	3,2%	4,5%
Senegal	5,7%	5,0%
<b>Média</b>	<b>5,0%</b>	<b>6,3%</b>

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

bruto e o restante em insumos para a indústria petroquímica. Na outra mão, importou açúcar e óleo de soja – 54% dos 46 milhões de dólares de vendas brasileiras para o país no primeiro trimestre de 2006 –, além de tubulação para oleodutos e gasodutos e automóveis.

As oportunidades existem, mas, como adverte Marco Marconini, especialista em comércio exterior e consultor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), “é preciso construir vínculos, o que é um processo demorado, que requer esforço continuado dos empresários e do governo brasileiro”. Mais: “Países de grande população, como a Índia, despertam cobiça de exportadores, mas não há tradição de comércio bilateral e faltam linhas marítimas de transporte, o que dificulta a consecução de resultados”.

**Aliança** A diplomacia brasileira busca aliados africanos também em áreas mais políticas. Uma delas é a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio

(OMC), em que se pretende levar países desenvolvidos a reduzir barreiras comerciais e subsídios à agricultura. Os resultados podem ser minguidos, alerta João Alberto De Negri, diretor de pesquisas setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pois “muitos países africanos já contam com tarifas preferenciais em suas exportações para os mercados europeu e norte-americano”. O principal parceiro brasileiro nessa contenda é a África do Sul, que faz parte, assim como o Brasil, do G-20, grupo que pretende ampliar suas exportações agrícolas para União Européia e América do Norte. Entretanto, Dupas, da USP, considera o G-20 uma estrutura pragmática, variável e circunstancial, que hoje se alinha em torno de certos objetivos, mas pode se desalinhar amanhã. As considerações de Negri e Dupas permitem inferir que o sucesso do comércio exterior entre Brasil e África não implica necessariamente a criação de um bloco coeso nas pendências diplomáticas com os países desenvolvidos. **d**

